



Mídia, Educação E Diversidade Étnica: Considerações Sobre O Ensino Fundamental Público No Contexto Soteropolitano

Clarissa Pacheco Rios (Faculdade Social da Bahia)¹
Íris M. G. Queiroz de A. (Faculdade Social da Bahia)²
Lilian Reichert Coelho (Faculdade Social da Bahia)³
Sara Maria Cardoso Gomes (Faculdade Social da Bahia)⁴

Resumo

O presente texto resulta da primeira etapa de execução do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Interseções mídia, escola e sociedade: mapeamento da apropriação dos meios de comunicação na prática escolar e avaliação da proposta de mediação cultural pela figura do educador”, desenvolvido no ambiente do curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia desde agosto de 2008. O projeto subdividiu-se em duas partes complementares: uma referiu-se à pesquisa de campo, centrada no mapeamento dos modos de apropriação dos produtos comunicacionais massivos pelos docentes na prática educativa; a outra, objetivou a pesquisa bibliográfica. Considerando-se a realidade pesquisada, o projeto encaminhou-se para o recorte étnico-racial, a fim de promover a criação de instrumento efetivo e participativo de reflexão crítica e de comunicação entre as instâncias envolvidas no processo.

Palavras-chave: comunicação, escola, cidadania, Salvador, educação.

Introdução

O presente texto resulta da primeira etapa, já concluída, do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Interseções mídia, escola e sociedade: mapeamento da apropriação dos meios de comunicação na prática escolar e avaliação da proposta de mediação cultural pela figura do educador”, desenvolvido no ambiente do curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia desde agosto de 2008. De início, vale sublinhar que a Educomunicação caracteriza-se como tema emergente nos estudos teóricos e práticos na área de Comunicação Social, tendo-se constituído nos anos 80 do século XX, a partir de desdobramentos ocorridos em todo o campo das Ciências Sociais e Humanas em geral.

¹ Estudante do terceiro semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Social da Bahia. Pesquisadora voluntária do Projeto de Pesquisa. e-mail: pacheco_cal@hotmail.com

² Estudante do quinto semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Social da Bahia. Pesquisadora de Iniciação Científica. E-mail: irismgqalmeida@gmail.com

³ Orientadora do Projeto de Pesquisa. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela UEL, mestre em Letras pela UNESP e doutoranda em Letras pela UFBA. Professora de Teorias da Comunicação e Semiótica da Faculdade Social da Bahia. e-mail: lilian_reichert@yahoo.com.br

⁴ Estudante do quinto semestre de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Social da Bahia. Pesquisadora de Iniciação Científica. e-mail: saragomes@gmail.com



A década de 1980 caracteriza-se, no que concerne ao ambiente dos estudos comunicacionais, como o período de proposição e consolidação de pesquisas cuja mirada volta-se para a recepção. A visão transmissiva da comunicação perde terreno para investigações concentradas na percepção de que a instância da recepção não constitui pólo passivo do processo comunicacional, mas construtor da mensagem formulada no pólo emissor. Assim, a partir da assunção do papel ativo dos membros do público ou audiência, considera-se fulcral a noção de mediação (tal como formulada por Jesús-Martín Barbero), para a compreensão das filigranas do processo de comunicação social, sobretudo o massivo.

Nesse sentido, compreende-se a figura do educador como mediador cultural (SOARES, 2007), cuja ação salutar localiza-se na convergência entre as áreas de Comunicação e Educação, abrangendo também a interface com a sociedade. A noção de mediação cultural constitui o eixo fundamental desta pesquisa, no esteio das pesquisas contemporâneas em comunicação na América Latina. Além de autores como Barbero, Orozco e Kaplún, formuladores das noções básicas caras a esta pesquisa (mediação, comunicação comunitária e educação), considera-se a profícua produção do Núcleo de Educação, lotado no Departamento de Comunicações e Artes da USP, chefiado por Ismar de Oliveira Soares e Nelly Carvalho.

A partir da noção-chave de “mediação”, julga-se que o estudo do papel desse novo agente social possa propiciar, no ambiente escolar, abordagem dos conteúdos dos meios de comunicação e informação voltada para cidadania, além de apresentar profícuo campo de trabalho para as jornalistas-aprendizes, que poderão atuar não apenas como profissionais de comunicação, mas como mediadoras culturais.

Em que pese a relevância social da articulação entre os campos da educação e da comunicação, saliente-se que a própria terminologia – educação – passou por constantes questionamentos na área de Comunicação ao longo do tempo, tendo sido considerada a partir de nuances apontadas por diferentes pesquisas. Assim, devido ao caráter polifônico das discussões sobre as possibilidades de relação entre mídia, escola e sociedade – o que só enriquece todos os vértices do triângulo – intentou-se, nesta pesquisa, promover ações em duas frentes, a saber: empreender estudo teórico, a fim de se compreender as referidas nuances e, concomitantemente, desenvolver pesquisa de campo, com vistas à sondagem e à discussão sobre as relações já existentes no contexto soteropolitano entre mídia, escola e sociedade e entre os agentes que transitam – em seu



cotidiano – pelas três esferas, compreendidas, no escopo deste trabalho, como interpenetrantes e mutuamente influentes.

A fim de executar a proposta supracitada, deliberou-se pelo desdobramento do trabalho em dois subprojetos, supervisionados pela docente orientadora e sob responsabilidade de jornalistas-aprendizes desejosas de tornarem-se educadoras. O subprojeto 1, proposto pela estudante do quarto semestre (à época) Íris Queiroz, refere-se à pesquisa de campo. Os objetivos foram: estreitar laços entre a jornalista-aprendiz, educadores e estudantes do Ensino Fundamental da capital soteropolitana e mapear os modos de apropriação dos produtos comunicacionais massivos pelos docentes na prática educativa. Nesse sentido, buscou-se observar a articulação, na prática pedagógica dos docentes, entre o saber formal (conteúdo obrigatório das disciplinas), a diversidade das realidades sociais dos estudantes e docentes (tal como apontou Paulo Freire) e o conteúdo dos meios de comunicação e informação. O subprojeto 2, apresentado pela estudante do quarto semestre (à época) matutino Sara Cardoso Gomes, objetivou a pesquisa bibliográfica sobre o tema. O objetivo central consistiu na busca de interseções entre as teorias educativas e as teorias da comunicação rumo à compreensão da maneira mais eficiente e humana de implantação de um mecanismo educacional pluriparticipativo, a ser realizada na segunda etapa do projeto, a ser iniciada no segundo semestre de 2009. Acredita-se que os dois subprojetos sejam complementares, embora portadores de certa autonomia.

O recorte do estudo da interseção entre mídia, escola e comunidade proposto concentrou-se no mapeamento da apropriação dos produtos comunicacionais pelos educadores de Salvador em quatro escolas da rede pública e em quatro escolas da rede privada, escolhidos por critério randômico. Dentre as escolas públicas, foram selecionadas: Conjunto Assistencial Nossa Senhora de Guadalupe, Escola Municipal Joaquim Santos, Escola Municipal Murilo Celestino e Escola Municipal Barbosa Romeo; da segunda, a pesquisa desenvolveu-se nos colégios ISBA, Lince, Marcodes e Oficina (neste caso, o critério de escolha concentrou-se também nas conhecidas e diferenciadas abordagens pedagógicas das instituições citadas e na localização em diferentes bairros de Salvador).

1. Os meios de comunicação na sala de aula: o contexto do ensino público soteropolitano



Definida por Paulo Freire como agente de reflexão e transformação do homem quanto ao meio em que vive, a educação tem como principal objetivo criar condições para que o educando desenvolva olhar crítico, comprometido com a ação social, a fim de transformar a sociedade em que está inserido. Uma das principais transformações que efetivamente se apresenta no contexto contemporâneo é a necessidade de constante atualização dos profissionais de diferentes áreas, o que impõe desafios à educação formal, pois se torna indispensável auxiliar os educandos a manterem-se permanentemente em conexão com informações disponíveis pelos meios de comunicação. Tal função exige professores atualizados, que repensem as próprias funções e competências, redimensionando a relação com o saber e a cultura, levando para a sala de aula a complexidade do mundo contemporâneo. A própria Lei 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, no artigo 22, corrobora o mencionado, ao postular que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Já integra o senso comum a afirmação segundo a qual os professores estão permanentemente à procura de novos caminhos. Neste sentido, observa-se que os docentes, hoje, buscam, constantemente, formação. O evidente crescimento na procura por bons congressos e cursos de pós-graduação mostra que os profissionais da educação estão atentos à necessidade de formação contínua, assim como os próprios governos e as instituições públicas e privadas. Com isso, percebe-se que as novas competências exigidas na escola estão relacionadas tanto a didáticas pontuais quanto a enfoques que aliem educação e comunicação nos âmbitos escolar e social.

A fim de atender às demandas contemporâneas, a educação formal deve evitar orientar-se exclusivamente pela produção de carreiras, tal como prevê a configuração atual do mercado de trabalho, mas deve produzir criadores de novos empreendimentos e de novas formas de construir o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, as classes de aula têm de transformar-se em organizações de educação que promovam longa vida ao conhecimento. Assim, as escolas devem refletir as sociedades onde se inserem e construir ninhos de aprendizagem, pois o problema da configuração atual da aula é que, muitas vezes, ela já vem pensada, prescindindo, portanto, de reflexão.

O fato é que a escola configura-se lugar onde a criança aprende e desenvolve competências, portanto, os professores não podem apenas reproduzir conhecimentos,



mas devem buscar diferentes formas de ensinar. A utilização de mecanismos como os meios de comunicação deve aliar o lúdico ao pedagógico, proporcionando aprendizado mais rápido e eficaz permitindo, dessa forma, que os educandos associem a vida cotidiana aos assuntos ensinados na sala de aula.

O sistema educacional brasileiro estrutura-se por educação-aprendizagem pré-estabelecida, a saber: Educação Infantil, para os menores de sete anos; Educação Básica, a qual reúne o Ensino Fundamental I (antigo primário) e o Ensino Fundamental II (antigo ginásio), cuja duração mínima é de nove anos; e o Ensino Médio (antigo segundo grau), que tem duração mínima de três anos e visa a capacitar os estudantes para a vida profissional. Entretanto, a Educação Básica – vista por educadores como a base para toda e qualquer aprendizagem – é tratada com descaso pelos governantes, que não garantem à sociedade escolas e educação de qualidade, sobretudo quando se trata do ensino público.

Deve-se lembrar que, no interior do sistema educacional, existe também processo pelo qual são realizadas as trocas simbólicas. Tal processo denomina-se comunicação e baseia-se na mensagem elaborada e enviada pelo comunicador, a qual é transmitida por meio de um canal, até chegar ao intérprete, que a ressignifica, reenviando-a ao comunicador. Dessa forma, os educadores elaboram conhecimentos que são interpretados ativamente pelos educandos dentro do processo ensino-aprendizagem, o que demonstra a relação intrínseca entre comunicação e educação.

Podemos observar, liminarmente, que ambos os campos são abrangentes e avassaladores. Nenhum assunto ou questão observada na sociedade pode-se dizer inteiramente alheia à questão educacional, pois tudo pode ser objeto de ensino e aprendizagem. Da física quântica ao trabalho manual – passando pelos processos de comunicação humana – nada é descartável como objeto possível de uma reflexão e sistematização de natureza educativa. Correlatamente, nenhum tema é estranho às interações sociais – mediatizadas ou não – que compõem, como comunicação social, o processo simbólico/prático das atividades do ser humano em sociedade (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 10).

Assim, a escola funciona como agente fundamental para incitar as crianças à associação ativa dos meios de comunicação com o meio em que vivem, constituindo substrato de suas experiências. De acordo com Amorim Pereira (2003), as crianças, geralmente, são telespectadoras assíduas, pois passam mais tempo em frente à televisão do que na escola. Dessa forma, elas estão expostas a todos os tipos de mensagens, o que as torna mais vulneráveis ao conteúdo televisionado. Entretanto, especialistas



consideram que elas não conseguem distinguir plenamente o real do fictício, estabelecendo relações com assuntos desconhecidos, os quais influenciam no modo de pensar e agir, definindo comportamentos normalmente inesperados pelos adultos. Na perspectiva de Ramos de Oliveira (2005), o aprendizado da criança só é possível através da troca de experiências entre ela, o professor e as outras crianças, pois tende a imitar comportamentos, até ser capaz de ganhar autonomia, agindo efetivamente por vontade própria.

O exposto revela que a utilização da mídia na sala de aula torna-se fundamental, para esclarecer aspectos sociais levados a debate tanto pelos professores quanto pelos próprios educandos que, independentemente da idade ou classe social a que pertencem, sentem-se incomodados com determinadas situações apresentadas pela mídia. Assim, aspectos do real podem ser observados e debatidos no ambiente escolar a partir da utilização de materiais midiáticos como jornais e revistas, recortes, desenhos, pinturas, além dos suportes tecnológicos como televisão, rádio, computador, *datashow* e multimídia. Entretanto, conforme trabalho de campo realizado por esta pesquisa, na Educação Básica das escolas da rede pública de ensino soteropolitana, suportes tecnológicos como os supracitados não são regularmente utilizados no cotidiano escolar pelos docentes. Isso se deve a fatores como a falta de conhecimento para operar aparelhos ou, até mesmo, a falta de suporte humano e tecnológico disponibilizado aos professores.

Comprovam o mencionado, respostas dos docentes entrevistados durante a etapa da pesquisa descrita neste trabalho. Duas educadoras que lecionam na Escola Barbosa Romeo, localizada no bairro de São Cristóvão, confirmam – em entrevistas em profundidade, devidamente decupadas pela equipe – as dificuldades no uso de material midiático na sala de aula do ensino fundamental público. De acordo com a docente Eunice Virgínia Almeida Argolo, a escola possuía funcionários especializados para operar computadores. Entretanto, tal profissional não faz mais parte do quadro de funcionários e, diante da ausência de suporte técnico especializado, o material midiático deixa de ser utilizado como recurso pedagógico, vez que:

(...) eu mesma não tenho nenhuma relação com o computador, aí fica complicado. Como é que vou contribuir, se não tenho nenhum acesso ao que tá aí? Então, e num modo geral, o laboratório ficou com essa dificuldade porque não tem professor pra apoiar! [sic]



Para a docente Aline Santos Brito, a maior dificuldade para o professor é a disponibilidade do próprio aparato tecnológico

Quando trabalhei em outras escolas, não como professora, como coordenadora, mas que não tinha aparato tecnológico, por assim dizer, não tem um laboratório de informática, não tem muitos livros, geralmente o professor tem que lidar por si só, [já] que a maioria das escolas tem o próprio jornal impresso. É o que a gente vê na maioria das escolas que não tem uma sala de informática. Infelizmente, ainda tem um grande número de escolas que não tem, e professores que não incentivam. Acho que o professor se vira como pode. [sic]

Portanto, diante do contexto local, os docentes vêm-se obrigados a usar imaginação e criatividade para tornar a aula – vista pela maioria dos alunos como enfadonha – dinâmica e eficaz, tornando-se capazes de educar e, ao mesmo tempo, entreter os discentes, aliando aspectos lúdicos aos pedagógicos.

2. A Educomunicação como perspectiva

A partir do quadro brevemente exposto, entende-se a Educomunicação como o estudo e a prática relativos à utilização das mídias nas salas de aula como instrumento de criação de autonomia. Os materiais utilizados para apresentar determinado tópico, além de comunicar algo, podem causar, nas crianças, reflexão tanto sobre os conteúdos quanto sobre a própria mídia utilizada. De acordo com Braga e Calazans, a esse processo de interação dá-se o nome de “subsistema crítico-interpretativo mediático” (2001, p.131), considerando-se que

Geralmente pensa-se a crítica como uma ação externa e em distanciamento de seu objeto – como é o caso da crítica acadêmica sobre os meios de massa. Nossa perspectiva de subsistema crítico envolve este componente, mas também o “repensar-se” constante dos próprios processos mediáticos – pois é aí que estes podem ser criticados e revistos “em ação” (BRAGA e CALAZANS, 2001, p.132).

Na esteira das reflexões hodiernas sobre as transformações pelas quais passa a educação sob a influência da mídia, deve-se salientar a urgência de se repensar os modelos de usos dessas ferramentas. Braga e Calazans (2001, p. 32) defendem que “a importância dos novos meios não deriva apenas dos oferecimentos imediatos que nos fazem, mas também de suas características modificadoras das objetivações possíveis na comunicação”. No escopo deste trabalho, acredita-se que os estudos no campo da



Educomunicação abrem tal perspectiva, orientando-se pelo desenvolvimento de estratégias que conduzam efetivamente à tão desejada construção mútua do saber, fundamentando-se na penetrabilidade.

Lahni e Coelho (2007) definem Educomunicação como

um conjunto das ações destinadas a integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos mecanismos de comunicação, observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com os alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular, criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos e melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas.

Em que pese o exposto, o uso das diversas ferramentas midiáticas no âmbito da educação formal ainda é visto com reserva pela comunidade escolar, reflexo de preconceitos que circulam nas próprias universidades onde se formam os profissionais de educação. Muitos professores hesitam em utilizar os referidos recursos, não só por considerarem-nos inadequados, mas, em ampla medida, por falta de embasamento teórico. No que concerne às relações entre educação e comunicação, Braga e Calazans explicam que abordar tais questões “solicita estar atento para uma característica geral de sua interface – que decorre da circunstância de serem ambos campos de abrangência, com tendências “avassaladoras”” (2001, p.56).

Teóricos da Educomunicação frisam que o papel do professor não é substituído ao se empregar produtos e/ou meios midiáticos em sala de aula, mas salientam que tal prática deve ser repensada, se se considerar os moldes atuais. De qualquer modo, com o uso dos meios de comunicação massivos como recurso pedagógico, o processo comunicacional deixa de concentrar-se especificamente na oratória quase exclusiva do professor, considerado mero “repassador de informações”, tornando-se guiado pelo diálogo interativo entre as partes. Nesse sentido, ao professor não é mais possível manter-se como única fonte de “transmissão” de conhecimentos. Já é senso comum no interior do campo da educação formal que o papel que melhor cabe ao professor nos dias de hoje é o de facilitador e orientador da aprendizagem dos estudantes. E, como vivemos em contexto marcado pela presença quase ubíqua da mídia, considera-se que os meios de comunicação não devem ser vistos como inimigos, e, sim, como aliados no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, diante do panorama delineado na contemporaneidade, os professores sentem-se “incapazes” de utilizar os meios de comunicação de forma positiva. Na



verdade, poucos acreditam que programas de televisão, de rádio, jornais ou revistas podem servir como ferramentas pedagógicas no processo educativo. Os docentes citam “maus exemplos” da cobertura midiática para justificar a reserva em, costumeiramente, não utilizar tais recursos.

Braga e Calazans (2001, p. 59) entendem que o sistema escolar está em processo lento de desenvolvimento das próprias competências para compreender e interagir com a sociedade midiaticizada. Neste sentido, sugerem duas linhas de atuação importantes para a realização de tal propósito. Uma delas caracteriza-se pelo “estudo para os meios na escola”, com acento na capacidade de os estudantes trabalharem a lógica das tecnologias midiáticas, incluindo as questões político-sociais e econômicas do sistema que compreende as mídias. Outra linha consiste na “leitura crítica” da produção midiática corrente, com orientações para a interpretação dos produtos e processos midiáticos pelos estudantes.

Peruzzo considera o direito de comunicar-se pelos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos como um dos aspectos fundamentais da cidadania. Conforme a pesquisadora, é fundamental o direito à comunicação, imprescindível para a construção da identidade e da conscientização política dos jovens. Seguindo as formulações de Peruzzo, este texto, resultado da primeira fase de execução de projeto de pesquisa desenvolvido como Iniciação Científica na Faculdade Social da Bahia, concluiu, pela avaliação qualitativa sobre o uso dos diversos suportes midiáticos em escolas públicas soteropolitanas que, quando o professor utiliza tais meios como recurso didático-pedagógico, os estudantes absorvem melhor e de forma mais prazerosa os conteúdos.

Apesar da mencionada referência, a pesquisa de campo revelou que o aproveitamento desses recursos é incipiente na maior parte das escolas públicas de Salvador. Via de regra, os docentes têm o desafio de usar os suportes midiáticos de maneira positiva, cuja finalidade é contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos, independentes na maneira de agir e pensar. Percebeu-se também que constitui desafio para os docentes do ensino fundamental trabalhar as mídias de modo a servirem como ferramentas realmente eficientes na produção e construção do conhecimento.

Um dos aspectos que elevam a barreira, por parte da comunidade escolar, com relação ao uso dos meios de comunicação, são os estigmas social, cultural e historicamente reproduzidos como as questões étnicas, por exemplo. De acordo com Tavares e Freitas (2003), mesmo diante das transformações histórico-sociais e



tecnológicas, o “negro continua com o papel de coadjuvante dominado nos meios de comunicação”, resultado da visão predominante, discriminatória em relação aos afrodescendentes. Os referidos autores sublinham que o papel das novas tecnologias é o de promover as culturas excluídas da sociedade e não reproduzir preconceitos. Nesse sentido, Paiva Soares (2003) afirma ser “necessário uma revisão na utilização da narrativa como discurso inclusivo, na tentativa de criar uma estratégia de comunicação para inserir a grande minoria nos discursos midiáticos atuais”. A fim de concretizar a referida inserção, os discursos da mídia devem promover o respeito às diferenças. Saliente-se, entretanto, que o discurso sobre a diversidade não deve sustentar tentativas de homogeneização de padrões, acentuando a diferença.

Para Amaral Filho (2004), mesmo diante do sempiterno cenário brasileiro, o que se pode observar é uma abertura, mesmo que forçada, com relação ao ser negro. É nítido que a mídia o apresenta de maneira menos tímida na contemporaneidade, o que não significa alterações relevantes na sociedade.

O momento midiático deste início de século no Brasil começa – não sem dificuldade, é verdade – mais simpático aos negros: por força de lei, eles estão aparecendo nas publicidades, por força de mercado (oficialmente, quase 50% da população brasileira, segundo o IBGE) vão surgir como protagonistas principais em novelas... já o foram em seriados e mais ainda em alguns bons filmes; o tema das cotas está na ordem do dia numa cidade com visibilidade suficiente para que ganhe densidade nacional, o Rio de Janeiro (2004, s/p).

Diante do exposto, conclui-se que, cabe aos docentes, orientar os estudantes no sentido de desenvolver olhar crítico em relação aos modos como a mídia lê e interpreta as questões sociais e, dentre todas, as raciais. A escola pode – e deve ser – espaço privilegiado, no qual os estudantes sejam estimulados a pensar de maneira autônoma, pois,

a forma com que se organiza, codifica-se e transmite-se o conhecimento, está de acordo com a dos grupos privilegiados, e, conseqüentemente, são as pessoas que não dominam as habilidades impostas por tais grupos que correm o risco de ficarem excluídas dos diferentes âmbitos da sociedade informacional (IMBERNÓN, 2000, p. 24).

Diante do quadro social apresentado pela capital baiana, percebe-se a pertinência das palavras de Imbernón, pois, nas escolas públicas de ensino fundamental prepondera a exclusão em todos os níveis, sobretudo no que diz respeito aos conteúdos da educação formal e aos meios de comunicação hegemônicos, que tendem a representar os bairros



não-nobres da cidade – onde se localizam as escolas pesquisadas – como espaços negativos. Por isso, após mapeamento inicial, seleção aleatória de escolas públicas de ensino fundamental de Salvador-Bahia, aplicação de questionários juntos aos docentes e realização de entrevistas em profundidade com os educadores que se dispuseram a expor os modos como utilizam os meios de comunicação na sala de aula, optou-se pela concentração da pesquisa na Escola Municipal Barbosa Romeo. No segundo semestre de 2009, a pesquisa pretende orientar-se pelo desenvolvimento de um instrumento de comunicação que vise à integração entre universidade, escola, comunidade e governo.

3. Considerações Finais: dados sobre a realidade onde atuarão as educadoras

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Estado da Bahia apresenta a maior proporção de negros e pardos do país (78,6%). Os últimos dados recolhidos pelo Censo 2007, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com resultados publicados em 21 de dezembro do mesmo ano, apontam que a população de Salvador é composta por 2.892.625 habitantes. Destes, cerca de 2.315.000 são afrodescendentes, o que corresponde a aproximadamente 80% da população total do município (PNAD 2007).

Dados educacionais referentes ao setor municipal da capital baiana, captados em 2008 e divulgados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SMEC), apontam que, entre 118.237 estudantes matriculados em turmas de Educação Infantil e Educação Básica (Fundamental I) no ano da captação dos dados, 82.087 alunos são pardos ou negros, o que corresponde a 69,4% dos estudantes dessas séries.

Há, hoje, 233 escolas municipalizadas em Salvador, sendo que 22 destas estão desativadas. Com relação à educação das populações de origem africana, apenas quatro escolas provenientes de formações quilombola permanecem em funcionamento, todas localizadas no Subúrbio Ferroviário⁵. Entre Educação Infantil e Educação Básica (Fundamental I), apenas 439 estudantes matriculados são quilombolas. Considerando-se que a maioria da população baiana é afrodescendente, percebe-se a insignificância dos números.

⁵ O Subúrbio Ferroviário de Salvador é formado por 22 bairros e abriga cerca de 600 mil habitantes. Localiza-se no litoral oeste da cidade, sendo banhado pela Baía de Todos os Santos. O conglomerado concentra as maiores manifestações culturais com temática afro do Brasil. A população é formada, em sua maioria, por afrodescendentes. (www.portalsuburbiosalvador.com.br)



Diante do expressivo quadro étnico da população soteropolitana e, conseqüentemente, nas escolas pesquisadas, confirmado pela pesquisa empírica, conduziu naturalmente os membros do Grupo de Pesquisa a optar pelo recorte étnico-racial. Parcerias realizadas com o Instituto de Mídia Étnica⁶ e com o Correio Nagô⁷ impulsionaram o referido enfoque. Em todas as escolas municipais onde as pesquisadoras atuaram – a saber, Conjunto Assistencial Nossa Senhora de Guadalupe, Escola Municipal Joaquim Santos, Escola Municipal Murilo Celestino e Escola Municipal Barbosa Romeo –, a maioria dos discentes é composta por afrodescendentes. Após a etapa empírica de sondagem da realidade observada, a abordagem do projeto foi, portanto, direcionada para a concentração do estudo das relações entre escola e mídia, considerando-se a constatação da presença maciça desse grupo étnico.

Na primeira etapa da pesquisa, cujos resultados são apresentados neste texto, foram aplicados questionários a 32 professores de sete escolas, entre municipais e particulares. O resultado demonstrou que estabelecimentos municipais, portanto, públicos, apresentam extrema carência de material pedagógico para trabalhar com educomunicação. Diante do redimensionamento adotado para a etapa prática do projeto, optou-se pela escolha, dentre as oito escolas pesquisadas (entre públicas e privadas) em etapa prévia, a Municipal Barbosa Romeo, localizada no Bairro de São Cristóvão, localizada em bairro não-nobre da capital baiana, para que o trabalho seja efetivamente implantado no segundo semestre de 2009, com a inserção de educadoras – no caso, jornalistas-aprendizes – na escola citada.

Vale apontar que a instituição escolhida como foco do projeto já apresenta histórico de ação social, em parceria com orientações restritamente educacionais, concentradas em problema referente ao número amplo de “fracassos” na escola e os conseqüentes medo e insegurança que, por sua vez, resultam em bloqueios de aprendizado. Com base em dados fornecidos pelo Projeto Axé⁸ em 1998, a partir de

⁶ O Instituto de Mídia Étnica é uma organização da sociedade civil que realiza projetos para assegurar os direitos das populações historicamente excluídas ao uso das ferramentas de comunicação. Com base no conceito da “comunicação como direito humano”, o Instituto luta pela participação cidadã, especialmente da comunidade afro-brasileira na produção de mídia. (www.midiaetnica.org)

⁷ O portal Correio Nagô foi idealizado a partir da mobilização de jovens comunicadores negros, comprometidos em combater a discriminação e a exclusão sócio-raciais que ainda persistem no Brasil. Propõe uma intensa participação colaborativa dos seus leitores, além de estabelecer uma rede de informação oriunda de diversas cidades do interior da Bahia.

⁸ O Projeto Axé surgiu em 1990, por iniciativa do italiano Cesare de Florio La Rocca. Foi concebido como ambiente de educação voltado para crianças e adolescentes excluídos, principalmente aqueles já em condição existencial de rua. Os jovens do projeto têm acesso a várias linguagens artísticas com finalidade



parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criou-se proposta de oferecer educação de qualidade a jovens e crianças de turmas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, além daqueles que pertenciam à comunidade onde a escola estaria inserida. Assim, em 1999, a Escola Municipal Barbosa Romeo teve a primeira turma formada, que funcionava em casa alugada pelo Projeto Axé. De acordo com arquivos da escola, nesse ano, apenas nove turmas foram formadas. Já no ano seguinte, a mudança foi notável: 29 classes atendiam cerca de 800 alunos.

Em 2001, o número de alunos matriculados era 1035. As instalações já estavam localizadas em edificação ampla, no bairro de São Cristóvão, com instalações modernas e bom equipamento. Fazem parte da estrutura física da escola: dez salas de aula, duas salas informatizadas, biblioteca, sala de vídeo, sala de professores, sala de coordenação, sala de direção, sala para atendimento de alunos, refeitório, quadra e parque infantil. Junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Salvador, a escola é classificada como “grandes especiais”⁹, funcionando com educação infantil, ensino fundamental I, pré-escola e SEJA I.

O principal motivo que conduziu as pesquisadoras à seleção da Escola Municipal Barbosa Romeo para permanecer como foco exclusivo do projeto foi o contato com a proposta pedagógica do estabelecimento, fundamentada na evidente articulação entre pobreza e etnia como elemento definidor da inserção precoce dos estudantes no mercado de trabalho. A localização do prédio da escola a faz conviver diariamente com problemas sociais como miséria e marginalização. O bairro de São Cristóvão está rodeado por outras comunidades que enfrentam os mesmos problemas. As moradias apresentam condições mínimas de habitação e faltam elementos básicos como água e luz. Nessas situações, o equilíbrio familiar torna-se tenso e fragilizado, diante do convívio direto (ou indireto) com a violência e a pobreza generalizada. O trabalho da instituição, nesse sentido, é cuidar para que os laços familiares nos núcleos mais frágeis não sejam definitivamente rompidos.

No sentido de manter a cultura afro como foco do projeto da escola, vale citar declaração da professora Lininalva Rocha Queiroz (vencedora do Prêmio Professor Nota 10 de 2001, oferecido pela fundação Victor Civita), concedida em março de 2003,

educativa e profissionalizante. Já passaram pelo projeto mais de 13.000 crianças e adolescentes. (www.projetoaxe.org.br)

⁹ Corresponde à classificação de escolas por número de alunos. Os estabelecimentos de porte “grande especial” situam-se entre escolas de médio e de grande porte. A Escola Municipal Barbosa Romeo tem hoje 750 alunos.



durante entrevista para o *site* Educarede, da Fundação Telefônica. Lininalva é professora da Barbosa Romeo e afirma sempre ter se preocupado em fomentar a autoestima dos estudantes. “Nossa escola é 90% negra, não dá para imaginar um ensino de história do Brasil deslocado da cultura africana, tão fundamental para a formação do nosso país”.

Outra ação social já desenvolvida na escola sob foco visava à inserção social de crianças ou jovens, auxiliando-os a compreender o ambiente em que vivem, suas crenças e cultura. Isto constituía a identidade do Projeto Ilê Orí, que já funcionou na escola entre os anos de 1999 e 2005. O projeto deixou de existir na Barbosa Romeo porque os alunos atendidos cursam agora o Ensino Médio, não oferecido pela escola.

A Escola Municipal selecionada apresenta ainda o Núcleo de Formação de Professores (PROFA), que funciona como Escola Piloto. Um grupo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) também foi implementado na escola, contemplando também as classes da 5ª série do ensino fundamental. O corpo docente é composto por 18 professores regentes, sete de Jovens e Adultos, nove que atuam nas classes de 5ª série, além de professores de Educação Física, Artes e Informática e os responsáveis pelo Projeto Axé, que desenvolvem atividades com os estudantes e seus familiares. Todos os professores possuem graduação, sendo que a maioria tem título de pós-graduação ou está matriculada como alunos especiais em cursos de mestrado. A administração é composta pela diretora, três vice-diretoras e três coordenadoras pedagógicas.

Referências

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação & educação**. São Paulo: Hacker, 2001.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FILHO, Nemésio C. Amaral. O Ser Quilombola à luz do pensamento de Stuart Hall. www.compos.org.br/data/biblioteca_649.pdf acesso em 17 de novembro de 2008.

IMBERNÓN, Francisco (organizador); Bartolome, L.; Flecha, R.; Gimeno Sacristán, J.; Giroux, H.; et alli. **A educação no Século XXI: Os desafios do futuro imediato**. São Paulo: Artmed, 2000.



LAHNI, Cláudia Regina; COELHO, Fernando. A Comunicação a serviço da cidadania e identidade de adolescentes. www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0249-1.pdf acesso em 17 de novembro de 2008.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PAIVA, Raquel. As minorias nas narrativas da mídia. www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP13_soares.pdf acesso em 09 de dezembro de 2008.

PEREIRA, Cláudio Amorim. Deformação da criança negra pela mídia. <http://www.sme.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-autorias/artigos/deformacao%20da%20crianca%20negra....pdf> acesso em 14 de novembro de 2008.

PERUZZO, Cicilia M.K. "Comunicação e Educação para a Cidadania". Disponível no site do NCE <http://www.eca.usp.br/nucleos/nce> acesso em 21 de junho de 2008.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

_____. "La Comunicación/Educación como nuevo campo del conocimiento y el perfil de su profesional", in **Nexos**, São Paulo, Universidade Anhembi-Mmorumbi, ano III, no. 5, 2º sem, 1999, p. 07-28.

_____. La Comunicación/Educación como nuevo campo Del conocimiento y el perfil de su profesional. In: **TXT: textos de cultura e comunicação – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas – n.42 (2000.2)**. Salvador: EDUFBA.

_____. **Caminhos da Educomunicação**. São Paulo: editora Salesianas, 2001.

TAVARES, Júlio César de Souza; FREITAS, Ricardo Oliveira de. Mídia e etnicidade – algumas informações acerca da importância da ação informativa na [e para a] mídia brasileira. http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP13_tavares.pdf acesso em 09 de dezembro de 2008.